

MANIFESTO

Construir a Sustentabilidade do Emprego com Base na Competitividade

Enquadramento

A Região e o País ainda continuam mergulhados na crise que, iniciada em finais de 2008, obrigou, em 2011, ao recurso a ajuda externa como única forma de reequilíbrio, numa conjuntura Europeia que se veio a revelar desfavorável e a dificultar o processo de retoma do crescimento.

As medidas de consolidação orçamental e estrutural impuseram uma retração significativa da procura interna através da tributação quer das empresas quer das famílias a que acresceram os efeitos imensos da crise de crédito provocada pelo processo de reequilíbrio dos próprios bancos do sistema português.

A crise económica e financeira afetou principalmente as atividades dos setores secundário e terciário, com especial impacto a nível da construção civil e do turismo e com reflexos muito profundos no comércio.

O saldo da retração económica foi o redimensionamento das empresas e, em muitos casos o seu encerramento com o conseqüente aumento do desemprego que, nos Açores subiu de 5,5% em 2008 para 16,3% em 2014, depois de ter atingido um máximo de 17% em 2013. O setor do turismo decresceu ou manteve-se anémico durante este período e o da construção civil ficou reduzido a um terço.

O setor primário e as atividades que lhe estão a montante e a jusante, foram menos atingidas pela crise, apresentando uma maior estabilidade no nível de atividade, o que contribuiu para minimizar os impactos da conjuntura e para ajudar a coesão social e territorial. O cenário afigura-se agora menos confortável com os efeitos, já sentidos, do embargo à Rússia e do fim das quotas leiteiras, antevendo-se agravamento

adicional quando forem finalizadas as negociações do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento UE-EUA (T-TIP).

A alteração do modelo de transporte aéreo, em março de 2015, deverá marcar uma viragem no turismo e a entrada, este ano, em pleno funcionamento do PO 2020, se bem direcionado para a atividade produtiva, poderá ajudar a promover uma mudança na sustentabilidade da economia regional.

OS AÇORES NECESSITAM DE UM NOVO RUMO

- i) Um novo paradigma – sustentabilidade da base económica, suportada na componente endógena
- ii) Criar a sustentabilidade da política social
- iii) Reforçar a base de criação de emprego na economia
- iv) Desenvolver uma política de formação com futuro
- v) Expandir o setor privado/contrair o consumo público
- vi) Mobilizar a sociedade civil

1. Um novo paradigma – sustentabilidade da base económica, suportada na componente endógena

A economia dos Açores apresenta-se extremamente dependente de meios exógenos para o seu funcionamento, merecendo particular relevo não só as transferências financeiras do OE e da EU como também o elevado recurso a poupança externa para suportar o crédito contratado. A redução das transferências e a redução da disponibilidade de poupança externa são já uma realidade.

A economia açoriana apresenta uma forte dependência da despesa pública, razão pela qual o plano de investimentos governamental e as outras despesas públicas assumem uma função estratégica determinante na Região.

Foi seguido um modelo de desenvolvimento económico que privilegiou a criação de infraestruturas básicas fundamentais, muitas delas indispensáveis, mas que descurou a criação de uma economia com maior capacidade de auto sustentação.

O setor público tem sido a via predominante para a resolução de problemas económicos e sociais dos Açores. Esta abordagem, porque não alavancada na iniciativa privada e no seu investimento reprodutivo, não teve sucesso sustentável, sendo assim cada vez mais indispensável uma mudança do paradigma baseado em soluções económicas e sociais centradas apenas num setor público, para um paradigma que, sem prejuízo das funções essenciais caracterizadoras do nosso Estado Social de Direito, centre aquelas soluções fundamentalmente num setor privado forte, dinâmico e competitivo, gerador de riqueza e emprego sustentáveis. Num horizonte de quatro anos é imperioso que os recursos correntes consumidos pelo setor público absorvam uma percentagem substancialmente inferior aos atuais mais de 100% das receitas próprias e que os investimentos o sejam de facto e não apenas despesas correntes disfarçadas.

Os Açores dispõem de capacidades, de meios e de oportunidades para criarem uma economia mais sustentada.

É necessário criar um novo paradigma, o da sustentabilidade da base económica, suportada na componente endógena.

A construção da sustentabilidade da base económica regional continua a exigir que se reequacionem muitas das atuais intervenções públicas e se promovam, antes de mais, as condições necessárias para que as empresas, verdadeiramente privadas, assumam um papel preponderante, rejeitando-se o empreendedorismo do Estado, baseado em recursos alheios sem responsabilização dos gestores e das tutelas. É necessário devolver ao setor privado a primazia da ação económica.

A nova aposta deverá ser clara: construção de uma economia mais sólida baseada na competitividade e na produção de bens transacionáveis suscetíveis de serem

exportados ou de substituírem importações, num quadro gerador de emprego sustentável que permitirá maior coesão e justiça social.

Um vetor central a privilegiar é a valorização da produção local assente na competitividade das empresas.

É necessário preparar, desde já, a Região para a situação pós crise, numa perspetiva de médio/longo prazo. Há que traçar novos objetivos, para que a região venha a ter um crescimento rápido e sustentado, que permita aumentar significativamente a riqueza regional e a criação líquida de emprego. A fiscalidade é um instrumento agora subutilizado.

2. Criar a sustentabilidade da política social

As políticas sociais constituem um marco importante na evolução das sociedades, nomeadamente da europeia, estando na base e génese do nosso moderno Estado Social de Direito.

A sociedade portuguesa, à semelhança de algumas europeias, confronta-se com fatores preocupantes e que exigem uma profunda reflexão e ponderação, bem como a tomada de medidas, nomeadamente de longo prazo, que contribuam para tornar sustentável a política social como a conhecemos e que importa preservar nos seus aspetos basilares.

A redução da natalidade, o aumento da esperança de vida, o aumento dos custos na área da saúde, o envelhecimento da população são alguns fatores que colocam uma grande pressão sobre o modelo social e que exigem que o mesmo seja repensado.

As políticas sociais sustentáveis encontram-se intimamente interligadas com uma economia que apresente crescimento sustentável e que seja geradora de riqueza e criadora de empregos. A sustentabilidade da política social só existe, a longo prazo, se houver sustentabilidade económica que a suporte e sensatez para que não se comprometa as gerações futuras com os excessos da atualidade. É necessário

reconhecer que sem se gerar riqueza não se pode distribuir riqueza e que a generosidade externa deve ser aproveitada e com uma postura muito parcimoniosa de forma a aumentar a nossa capacidade produtiva própria.

3. Reforçar a base de criação de emprego na economia

No atual contexto, a capacidade de criação de emprego por parte do setor público é muito limitada, difícil mesmo, pelas conhecidas restrições orçamentais, situação que não se perspectiva venha a conhecer uma evolução muito diferente da atual nos anos mais próximos.

A criação de emprego caberá, deste modo, primordialmente ao setor privado. Reconhece-se que a recuperação dos níveis de emprego para os existentes antes desta crise não se perspectiva que venha a acontecer nos próximos tempos.

A inversão desta tendência só ocorrerá, porém, com a implementação de políticas que garantam um efetivo crescimento económico. *Enquanto tal não ocorrer, os poderes públicos deverão desenvolver políticas ativas de apoio à criação de competências e manutenção de emprego, bem como, e sobretudo, melhorar o ambiente competitivo das empresas.*

O reforço da base de criação de emprego na economia dos Açores é fundamental. É imprescindível reconhecer o papel fundamental que o setor privado tem na criação de uma base sustentável da economia dos Açores, constituindo-se, desta forma, como o melhor garante da continuação do Estado Social de Direito e alicerce de uma verdadeira Autonomia. As políticas regionais públicas de saúde, educação e segurança social são importantes para a manutenção e aprofundamento do nosso bem-estar coletivo e qualidade de vida adquiridos durante a nossa Autonomia. As políticas públicas, no resto, devem estar todas orientadas para uma regulação adequada do sistema produtivo regional com intervenções públicas reduzidas, sem prejuízo de políticas de acessibilidade e da manutenção de uma posição competitiva face às políticas europeias.

A austeridade não pode ser apenas sinónimo de maiores encargos para as empresas, os trabalhadores e famílias. É indispensável que sejam lançadas mais medidas que ajudem a dinamizar a economia e a promover o crescimento e o emprego, bem como uma estratégia de desagravamento fiscal, que conduza ao reforço da competitividade das empresas e de crescimento de rendimento das famílias.

4. Desenvolver uma política de formação com futuro

O desejado crescimento económico impõe, a longo prazo, que se ultrapasse o atraso existente na qualificação dos recursos humanos, que constitui um dos estrangimentos para a melhoria da produtividade das empresas. Nesta área é preciso uma atuação concertada, simultânea e reforçada ao nível da qualificação inicial de jovens e na requalificação de trabalhadores. A melhoria das competências dos empresários revela-se, também, imprescindível.

Considera-se que nos últimos anos, a formação profissional conheceu um crescimento e projeção pública assinaláveis, nomeadamente através das escolas profissionais, que têm contribuído decisivamente para a formação de quadros médios. As novas realidades impõem, no entanto que, na formação profissional, se alcance um novo patamar, que deve passar pela melhoria da qualidade, que deverá ser continuamente avaliada nos resultados obtidos.

É essencial avançar para um novo modelo de formação profissional, em que a definição das respetivas políticas, bem como o seu acompanhamento tenha uma maior participação e intervenção dos parceiros sociais. Um modelo de gestão tripartida – governo, associações empresariais e associações sindicais pode e deve ser uma abordagem a considerar neste particular.

O emprego não se cria por decreto nem é possível manter formandos eternamente em formação. A política de emprego tem de se transformar numa política de educação e formação por um lado e numa política de competitividade por outro. É necessário desenvolver uma política de formação com futuro em função da base económica que

formos capazes de criar. É fundamental, nomeadamente, visitar e reorganizar o sistema de formação profissional, que assume agora maior importância no contexto de um novo ciclo de programação de fundos europeus.

5. Expandir o setor privado/contrair o consumo público

Num contexto de restrições orçamentais, é inevitável uma mudança de estratégia e de políticas em relação à despesa pública. O Estado deve reduzir e racionalizar substancialmente as suas estruturas orgânicas e respetivas despesas de funcionamento, concentrando a sua atuação na realização de investimentos adequados e indispensáveis, na criação de condições para o desenvolvimento, na regulação da atividade económica e na concretização de reformas estruturais. As despesas correntes não podem absorver mais do que 100% das receitas próprias, como acontece agora. Têm de ficar muito aquém deste rácio.

Reitera-se assim que o relançamento da economia deve ser feito essencialmente por via da iniciativa privada, rejeitando-se um demasiado intervencionismo e empreendedorismo estatais na atividade económica. Não está em causa o papel e as funções sociais que cabem e caracterizam o nosso Estado Social de Direito. A este Estado cabe e assiste também a tarefa fundamental de relançamento económico, que deverá passar nomeadamente pela criação de um contexto adequado para a evolução positiva da economia, com políticas primordialmente direcionados para atividades nos setores de bens transacionáveis, por uma política fiscal incentivadora do investimento e pela redução dos custos de contexto e dos fatores de produção.

É imprescindível expandir o setor privado e contrair o consumo público gerador de artificialismos e injustiças e castrador do verdadeiro empreendedorismo e da racionalidade económica. É imprescindível gerir os recursos públicos como fatores de apoio à geração de riqueza e da estabilidade. A expansão do setor privado deverá ser feita nomeadamente através de privatizações e de redução da intervenção pública em atividades, que podem e devem ser desenvolvidas por agentes privados.

A atual situação exige que os projetos públicos de fachada que se revelem de todo não reprodutivos devem ser abandonados. Só deverão ser concretizados aqueles que são imprescindíveis, que apresentam retorno rápido e que criem emprego sustentado.

6. Mobilizar a sociedade civil

O desenvolvimento económico, mais do que um objetivo que se impõe aos poderes públicos, deve constituir um desígnio de toda a sociedade.

Sem uma sociedade informada e formada não é possível haver uma participação ativa e empenhada por parte dos cidadãos.

As entidades signatárias deste manifesto consideram indispensável que haja um reforço da intervenção da sociedade civil açoriana na vida presente e na definição das estratégias para o futuro. Este manifesto é uma afirmação da vitalidade desta sociedade e das entidades signatárias e é, simultaneamente, uma demonstração que pretendem contribuir de forma séria e empenhada para o desenvolvimento económico e social dos Açores.

Os signatários deste manifesto consideram que o diálogo e a concertação social devem constituir um instrumento permanentemente valorizado e presente, com especial relevo numa conjuntura negativa como a atual.

É indispensável mobilizar a sociedade açoriana em torno de um grande objetivo, que é crucial para o futuro, que é o do crescimento baseado na competitividade e no emprego sustentável.

A concertação e respeito entre os setores públicos e privados e as respetivas políticas são determinantes para o sucesso do nosso desenvolvimento económico e social sustentável e a afirmação da valia e atualidade da nossa Autonomia.

Só desta forma os Açores e os açorianos terão um futuro mais risonho.

Ponta Delgada, 12 de junho de 2015